

A Reforma Agrária como possibilidade Retorno ou Entrada no campo no Norte-Fluminense - RJ.

Silvia Lima de Aquino.

Cita:

Silvia Lima de Aquino (2007). *A Reforma Agrária como possibilidade Retorno ou Entrada no campo no Norte-Fluminense - RJ. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/669>

A Reforma Agrária como possibilidade Retorno ou Entrada no campo no Norte-Fluminense – RJ

1. Resumo

O Norte Fluminense é caracterizado por ter sido uma das regiões brasileiras mais importantes no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. Contudo, a partir de 1980, o Brasil atravessa uma grave crise econômica. O resultado para o setor sucro-alcooleiro foi um colapso entre 1980 e 1990 onde se observa a falência de diversas usinas, o que culminou em desemprego e na formação de latifúndios improdutivos na região. Deste modo, este trabalho, através de um estudo de caso em assentamentos de reforma agrária localizados no norte fluminense-RJ, busca analisar as alterações ocorridas no campo, nesta região, em virtude das migrações rural/urbano/rural e urbano/rural, motivadas principalmente pela possibilidade de Reforma Agrária. Assim, este estudo visa também examinar em que condições os indivíduos fazem os investimentos materiais que tais deslocamentos exigem e as representações sociais que permeiam estes processos. E, a partir daí, compreender qual a repercussão das experiências adquiridas em virtude destes deslocamentos na conformação dos assentamentos, bem como as relações que os assentados mantêm com a cidade e/ou com seus espaços de origem. Não obstante, investiga também em que medida a atuação do MST na região motivou migrações de retorno ou de entrada no campo a partir de 1990.

2. O Papel da atividade canavieira no Norte Fluminense e seu impacto nos deslocamentos populacionais

A atividade da agroindústria canavieira constituiu-se por um longo período de tempo num dos mais importantes setores econômicos do Brasil, sendo introduzida no país a partir de 1532, como uma estratégia de colonização priorizada por Portugal. Dentro deste contexto, o norte do Estado do Rio de Janeiro (também chamado de Norte Fluminense) destaca-se por ter sido uma das áreas brasileiras mais importantes no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, o que tornou a produção de derivados de tal produto uma das atividades econômicas de maior expressão na região.

Atualmente o Norte Fluminense comporta os municípios de: Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu e Macaé. Contudo, a atividade canavieira concentrava-se e, de forma incipiente, concentra-se até os dias de hoje, principalmente na cidade de Campos dos Goytacazes e seu entorno (Barbosa, 2003). Em seus tempos áureos, Campos contou com diversas fazendas produtoras de cana-de-açúcar e um total de 24 usinas monocultoras, por isso distribuía sua produção pelo país inteiro (Carvalho & Silva, 2004).

Como o açúcar era um importante produto para a agricultura, por consistir num dos itens fundamentais na pauta das exportações brasileiras, em momentos de crise o setor sucro-alcooleiro demandava apoio federal, o que culminou na organização do setor para

melhor exigir intervenções do governo. Inicia-se então a introdução dos subsídios estatais junto à política para o setor, o que resultou na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, cujo papel primordial era o de controlar a produção açucareira e de álcool através da imposição de cotas de produção (Carvalho & Silva, 2004); (Neves, 1997).

Todavia, de acordo com Barbosa (2003), a política do IAA não foi à mesma em todas as regiões canavieiras do Brasil. Deste modo, tal programa dedicou maior atenção ao Estado de São Paulo, por isto conciliou o atraso tecnológico atravessado pela região Norte Fluminense com a modernidade das usinas paulistas. Assim, São Paulo começaria a despontar como o maior produtor de açúcar do país e um dos maiores do mundo. Gradativamente, Campos dos Goytacazes foi perdendo mercados em virtude de sua defasagem tecnológica. As usinas do Norte Fluminense se especializaram na fabricação de açúcar cristal, produto com baixo valor agregado, portanto, incapaz de concorrer com o açúcar refinado produzido pelas usinas paulistas. O resultado foi à venda de diversas usinas tradicionais do Norte Fluminense, que não conseguiram suportar tal concorrência, como as usinas São José, Santo Amaro, Sapucaia, Cupim, Santana, Paraíso, Outeiro. Ademais, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as exportações de açúcar foram praticamente interrompidas.

A partir dos anos 1970, soma-se a esta crise outro fator: um processo de modernização e reestruturação do padrão produtivo das usinas sucro-alcooleiras, desacompanhado de um aumento e transformação da capacidade de produção fornecimento de cana-de-açúcar por parte das fazendas. Assim, sem matéria-prima para trabalhar, muitas usinas entraram em falência. De acordo com Francisco (2006), ainda neste período, a forma de administração das indústrias sucro-alcooleiras foi profundamente alterada. A gerência das usinas deixou de ser comandada segundo um modelo tradicional, no qual a família exercia um papel central, para seguirem um modelo de empresas ministradas por grupos econômicos que inclusive, possuíam investimentos em outros ramos da economia.

Contundo, na segunda metade da década de 1970, um evento atenuaria aparentemente a crise desencadeada pelo mencionado processo de reestruturação do parque industrial sucro-alcooleiro: A criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), uma tentativa do governo brasileiro de desenvolver fontes alternativas para gerar energia líquida. O programa tinha por objetivo o aumento da produção de safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para substituir o petróleo e seus derivados, em especial a gasolina, tendo em vista a diminuição dos impactos negativos produzido pelos choques do petróleo provocados pela crise da OPEP

(Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Junto ao estímulo financeiro do governo emergiu o interesse das indústrias automobilísticas em produzir modelos de automóveis movidos a álcool, o que também contribuiu para a expansão das atividades produtivas do setor agroindustrial sucro-alcooleiro (Neves, 1997); (Azevedo, 2004).

Apesar de um reaquecimento no setor sucro-alcooleiro em virtude do PRÓALCOOL, a partir de 1980, o Brasil vivencia um período marcado pela desorganização da produção econômica, e de um intenso processo inflacionário, onde observamos uma das mais graves crises da história do país, o que levou a recessão e o aumento do desemprego a assumirem uma expressão até então desconhecida. Esta crise repercutiu diretamente na economia açucareira Norte Fluminense. Tal situação inviabilizou a produção de álcool e comprometeu a continuidade do PROÁCOOL. Não obstante, houve uma retração nos recursos governamentais injetados na indústria sucro-alcooleira, o que implicou na extinção do IAA em 1990 pelo governo de Fernando Collor de Mello. Assim, cessa a ação estatal altamente intervencionista que desempenhou um papel fundamental na economia canavieira entre 1930 e início de 1980 (Azevedo, 2004).

A crise do PROÁCOOL desencadeada pelo período de recessão ocorrido nos anos 1980 atrelada à tensão anterior da década de 1970 provocada pela reestruturação das usinas, como outrora mencionado, culminou num colapso no setor sucro-alcooleiro entre 1980 e 1990. Neste período se observa então, uma concentração de falências de usinas sucro-alcooleiras, principalmente em Campos dos Goytacazes, (de 24 restaram apenas 8) o que resultou no desemprego em massa e na formação de diversos latifúndios improdutivos na região.

Segundo Martins (1988) *apud* Ribeiro *et al*, a população rural brasileira sempre foi móvel no território; seus deslocamentos foram – de certo modo ainda são – derivados da condição camponesa e da sua relação com a terra. Entretanto, esses movimentos migratórios nem sempre acontecem por livre e espontânea vontade, posto que, muitas vezes são oriundos de fatores como o controle do latifundiário sobre a terra, que pode incorporar ou expulsar os lavradores da terra e do processo produtivo nos latifúndios, dependendo de seus interesses e circunstâncias.

Dito isto, podemos nos remeter às sucessivas crises vivenciadas pelo setor sucro-alcooleiro e, conseqüentemente o processo falimentar das usinas monocultoras de açúcar, como uma das circunstâncias que teve como implicação deslocamentos da população rural para zona urbana de Campos dos Goytacazes. Tal situação provocou à expulsão dos cortadores de cana-de-açúcar dos grandes latifúndios da região que, sem trabalho no

campo ou terra para cultivar, se viram obrigados a migrar para as áreas periféricas do perímetro urbano mais próximo à procura de emprego. Assim, a estes trabalhadores restou a possibilidade de ajustar-se improvisadamente aos tipos de trabalhos requeridos na zona urbana. Entretanto, desqualificados profissionalmente, muitos apenas engrossaram as filas de desempregados que já existia na cidade, agudizando o problema da pobreza nas periferias.

3. Reforma Agrária: a possibilidade de entrada ou retorno ao campo como forma de vencer o desemprego na cidade

Curiosamente, a mencionada crise do setor sucro-alcooleiro, a partir de meados de 1990 vai gerar um efeito contrário no Norte Fluminense: um relativo processo de *ruralização*. Em outras palavras, tal crise desencadeou o retorno ou entrada de indivíduos no campo (Targino e Moreira 2000).¹ Em virtude do insucesso na experiência migratória, uma das saídas encontrada pelos trabalhadores agrícolas residentes na periferia urbana para fazer frente ao desemprego no setor sucro-alcooleiro e à falta de alternativa de emprego na zona urbana – problemas que perduram até os dias de hoje – tem sido a ocupação de terras pertencentes a fornecedores ou a usinas falidas. A estes trabalhadores juntaram-se muitos desempregados que também viviam na periferia urbana.

Assim, a chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) à região e sua aliança com os sindicatos e organizações, tais como a Comissão Pastoral da Terra, provocou a generalização, nos anos 1990, das ocupações como instrumento de luta pelo retorno a terra e abriu a possibilidade de incorporação de ex-trabalhadores da cana-de-açúcar e desempregados que viviam nas pequenas cidades das redondezas no movimento. Desta forma, integrantes do MST ocuparam as antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar que se localizavam em terras consideradas improdutivas. Entraram nos latifúndios falidos, montaram barracas e ergueram a bandeira. Enfraquecidos, muitos latifundiários não tiveram como preservar a inviolabilidade do território de seus engenhos. Houve os que preferiram tê-los desapropriados para se beneficiar com as indenizações do governo e houve os que resistiram com violência às ocupações.²

De acordo Alentejano (2003), os integrantes de tais ocupações são em sua maioria:

¹ Conceito atribuído por Targino e Moreira (2000), ao movimento de retorno ou entrada de indivíduos no campo na Paraíba, proporcionado pelas ocupações empreendidas pelo MST em terras de antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, atualmente falidas, o que têm desencadeado a implementação de assentamentos de Reforma Agrária na região.

² www.lonasebandeiras.com.br.

(...) trabalhadores que moram em favelas e têm como experiência agrícola o trabalho no corte da cana-de-açúcar, ou ainda antigos operários das usinas que vêem seu mercado de trabalho reduzir-se cada vez mais, em função das sucessivas falências e que buscam na obtenção de terra uma alternativa de sobrevivência, ou também trabalhadores crescentemente excluídos pelo processo de modernização em curso nas atividades urbanas (Alentejano, 2003:135).

Corroborando com as afirmações de Alentejano, Castro (1995) assinala que a maioria dos integrantes de assentamentos de reforma agrária no Rio de Janeiro tem percorrido a trajetória de migração rural/urbano/rural, onde a última fase está já no processo de ocupação e conformação de assentamentos rurais. Outros assentados migraram diretamente de áreas urbanas, sem jamais terem trabalhado na terra. Em alguns casos, um dos cônjuges do casal já morou e produziu na zona rural.

De acordo com Medeiros e Leite (2004), ao observarmos alguns aspectos dos trabalhadores que integram o MST, percebemos uma população com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho urbano (que também já está saturado). Isso permite entender as condições em que se dá a luta pela terra, que em determinadas circunstâncias envolve um conjunto de oportunidades políticas geradas em conjunturas específicas onde o acesso a terra acaba se tornando uma alternativa possível de sobrevivência e reconhecimento social.

Neste sentido, parte-se aqui do pressuposto de que a reforma agrária e a luta pela terra têm um potencial de inclusão social de um contingente de indivíduos hoje excluídos do mundo do trabalho. Esta inclusão não se limita à inserção econômica, mas representa uma forma de acesso à vida social. Ou seja, a posse da terra e a possibilidade de trabalho, garantem não só a sobrevivência desses trabalhadores, mas também o acesso a melhores condições de vida (Dal Moro, 2002).

Diante disto, Medeiros & Leite (1999), enfatizam que por maiores que sejam os problemas das famílias hoje assentadas no Brasil, são bastante expressivas — e em todas as regiões — as experiências em que o acesso a terra foi, de fato, a premissa para a melhoria de suas condições de vida. Os autores afirmam ainda, em outra obra publicada em 2004, que os assentamentos possibilitam a geração de empregos, e de alguma maneira, o aumento do nível de renda de boa parte das famílias, além de funcionarem como pólos de atração que proporcionam a recomposição familiar ao longo do tempo.

Todavia, na apropriação da terra está embutida uma continuidade da luta, transposta para a dimensão do lote. Isto envolve luta por acesso aos meios e condições de reprodução social, onde ganha papel central a obtenção de recursos públicos, luta contra a imposição de normas e regras pela assistência técnica e determinação de órgãos governamentais, luta pela manifestação de seus conhecimentos, anseios e decisões (Curado, 1999).

Deste modo, conjectura-se que os assentados durante toda a trajetória e processos de deslocamentos, até a chegada aos assentamentos, certamente vivenciaram diferentes situações de trabalho e, com isso, adquiriram muitos e novos aprendizados. O que torna o acúmulo de experiências um elemento fundamental para o enfrentamento dos problemas e embates surgidos no assentamento e para a disponibilidade de alternativas de vida, que podem se manifestar nas formas de sociabilidade e na construção das representações e práticas, o que inclui formação de grupos, as afinidades, os laços de solidariedade, conflitos, etc. Assim, Segundo Curado (1999), para se autodefinirem e se localizarem socialmente, os assentados utilizam-se de elementos de suas experiências e valores que lhes são transmitidos durante sua trajetória de vida.

4. Migrações de entrada ou retorno ao campo

De acordo com Martine (1978) os deslocamentos da população são determinados pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação setorial e espacial de recursos e pela conseqüente distribuição desigual das oportunidades econômicas. Para o autor, tal perspectiva é correspondida pela evidência empírica de que a busca por emprego e melhor renda constituem a motivação principal para migrar.

Segundo Pacheco & Patarra (1997) a questão migratória, nos últimos anos, tem ganhado maior vulto na agenda de pesquisas e produções acadêmicas de estudiosos de populações e áreas afins, uma vez que se acentuam as disparidades da alocação da população no espaço e suas mudanças em função da diversidade e intensidade das migrações. Isto denota a necessidade da reflexão acerca das relações entre população, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social no novo contexto nacional. Segundo os autores, os resultados do Censo Demográfico de 1991 apontam transformações consideráveis nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil, a partir de 1980, indicando tratar-se de um fenômeno oriundo das transformações ocorridas na sociedade e em sua dinâmica econômica no mesmo período. Deste modo:

O menor crescimento das metrópoles, a maior predominância de migrações de curta distância e intra-regionais, uma incidência acentuada de migrações de retorno, sugerindo uma circularidade de movimentos, a tendência a um crescimento de cidades de porte médio, a configuração generalizada de periferias no entorno dos centros urbanos maiores (...) suscitou a afirmação, por parte de alguns especialistas, de tratar-se da configuração de um novo padrão migratório (Pacheco & Patarra, 1997:26).

Contudo, quando fala-se em migração no Brasil, grande parte dos trabalhos acadêmicos concentra-se no estudo das causas das migrações do campo para a cidade. Deste modo, apesar da literatura acerca dos movimentos migratórios ser vasta, poucas obras abordam diretamente as migrações de retorno ou entrada no campo, bem como estes processos a partir do ponto de vista dos migrantes. Neste contexto, para Garcia Júnior (1989), é recorrente explicar a dinâmica da industrialização brasileira e circunscrever os fenômenos migracionais a uma relação de causa e consequência da expansão industrial. Com isso, os fenômenos migracionais de retorno e entrada no meio rural são relegados a segundo plano.

Portanto, acreditando na importância de empreender análises a respeito das migrações de entrada ou retorno ao campo, Becker (2003), ressalta a necessidade de redefinição dos conceitos de “urbano” e “rural” e de suas novas formas de articulação, uma vez que, diante das profundas alterações que estão ocorrendo no mundo do trabalho em virtude do processo de Globalização econômica, ampliam-se o desemprego e os conflitos pela terra tanto no mundo agrário quanto no mundo urbano metropolitano, onde a mobilização espacial da população, ou seja, os processos migratórios constituem expressão desta nova realidade.

Assim, nesta linha de pensamento, as migrações de retorno – fenômeno definido por Becker (2003) como contra-mobilidade – bem como as migrações de entrada no campo, configuram-se na saída encontrada pelos trabalhadores agrícolas residentes na periferia urbana e pelos trabalhadores urbanos crescentemente excluídos pelo processo de modernização em curso, para superar o problema do desemprego. Neste sentido tornam-se relevante o papel dos movimentos sociais, onde se destaca o MST.

Targino & Moreira (2000), ao estudarem os movimentos migratórios no campo, no Estado da Paraíba, desenvolveram o conceito de *ruralização*. Tal conceito se refere ao processo de entrada ou retorno de indivíduos ao campo nesta região, verificado a partir da década de 1990, por meio de assentamentos de reforma agrária. Para os autores, este fato

certamente foi impulsionado na Paraíba pela crise atravessada pela atividade canavieira na década de 1990, associada ao empobrecimento da classe patronal deste setor, bem como a força do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Deste modo, a partir deste período, o MST passou a ocupar as terras das usinas falidas na região, cujo resultado tem sido a multiplicação de casos de desapropriação/aquisição de terras pelo Incra e na sua transformação em Projetos de Assentamento.

Medeiros & Leite *et al* (2004), ao desenvolverem uma pesquisa em diversos assentamentos rurais no Brasil, o que resultou na obra “*Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*” afirmam que nesta pesquisa chamaram à atenção as alterações demográficas no plano local e municipal, produzidas pela criação de assentamentos. Não obstante, os autores destacam a forte presença dos assentados nos números que representam à população rural destas áreas. Assim:

(...) Mantidas todas as ressalvas, os projetos de assentamentos representam uma parcela não desprezível da população rural dos municípios estudados, ainda que este mesmo resultado não se aplique à comparação com a população total. Pode-se inferir que tais resultados geram desdobramentos sobre o contexto político, uma vez que tendem a gerar um acréscimo na pressão das demandas por infra-estrutura e equipamentos sociais (...). Em algumas situações, torna-se possível falar que a criação de assentamentos rurais provocou uma reversão no fluxo demográfico (Medeiros & Leite *et al*, 2004: 31/32).

Sigaud (2005), ao elaborar um estudo acerca das ocupações de terras no Estado de Pernambuco, também se depara com o estabelecimento de acampamentos a partir de meados da década de 1990, em terras pertencentes a engenhos de cana-de-açúcar falidos que, conforme critérios do Incra poderiam ser considerados improdutivos. Segundo a autora, a maioria dos participantes dos acampamentos onde a pesquisa foi empreendida era originária da própria região canavieira. Os adultos tinham uma história de trabalho e de vida nos canaviais. Alguns haviam exercido outras ocupações, como pedreiros, serventes, condutores de caminhões e tratores, vigias, vendedores ambulantes e domésticas. O ocorrido na Paraíba e na região Norte Fluminense apresentam similaridades. Contudo, a autora afirma que:

Não há elementos na história recente da região [de Pernambuco] que autorizem a supor que o território dos engenhos, tradicionalmente sob o controle estrito dos patrões, viesse a ser ocupado com acampamentos; que o MST viesse a agir junto à massa de trabalhadores ali onde

os sindicatos tinham uma hegemonia incontestável; que os sindicalistas passassem a ocupar terras; e que os trabalhadores se dispusessem a ocupar propriedades de outrem. Para entender como tais desdobramentos se tornaram possíveis é preciso examinar as ocupações e os acampamentos a partir de quadros sociais e históricos mais amplos (Sigaud, 2005:260).

Nestes termos, a autora coloca a necessidade de relacionar estes fenômenos com o período histórico vivenciado pelo país. Deste modo, como outrora mencionado, ressalta-se o momento histórico emblemático vivido pelo Brasil principalmente nos anos 1980, que repercutiu diretamente na agroindústria canavieira.

De acordo com Borges (1989) *apud* Curado (1999), os deslocamentos dos trabalhadores rurais em direção a cidade – o que muitas vezes implica sair da terra e tornar-se trabalhador assalariado – são situações que resultam por parte do agricultor, na perda do saber lidar com a terra num processo integral, onde a situação de assalariamento, trabalho doméstico, no setor informal ou como bóia-fria, transformou-o num trabalhador de tarefas, exigindo com a conquista da terra, um novo aprendizado que se consolide. Neste sentido, coloca-se a importância de se recuperar um passado de agricultor, por vezes muito distante, porém não totalmente esquecido. Daí deriva a necessidade de um reaprendizado do trabalho na lavoura e um exercício de construção e reconstrução de subjetividades.

Para Menezes (1991), a luta dos trabalhadores que fizeram o movimento de ida e volta para se estabelecer em assentamentos rurais poderia ser encarada como uma tentativa de se obter uma nova identidade, finalmente após contínuos processos de exclusão a que se submeteram durante os deslocamentos.

Ao transpormos a questão dos deslocamentos em direção campo para o contexto do Rio de Janeiro, através da análise do perfil dos integrantes dos assentamentos de reforma agrária do Estado, de acordo com Castro (1995) constataremos, que este é ainda motivo de polêmica, em virtude de muitos assentados serem procedentes da zona urbana, ou terem percorrido a trajetória rural/urbano/rural. Vários são os fatores que ocasionam a ida ou retorno destes indivíduos ao campo após certo tempo de vida na cidade, dentre os quais encontra-se a solução de problemas reais de moradia e de custo de sobrevivência, onde a terra carrega o ideal da autonomia, com melhores condições de vida frente ao desemprego, além da busca por uma vida mais tranqüila, quando comprada com a vida na cidade. Assim, de acordo com a autora, podemos partir da idéia de que a origem urbana compõe a realidade da trajetória migracional de diversos personagens no campo do Rio de Janeiro.

Para Furtado (1997) *apud* Alentejano (1997), existe um fenômeno novo no mundo: parte da população quer voltar para o campo, num contexto onde acreditava-se que os deslocamentos populacionais eram visivelmente do campo para a cidade. Assim, acordo com Alentejano (1997) não são apenas os trabalhadores expulsos do campo que desejam retornar ao mesmo, mas – diante de todas as dificuldades e problemas vivenciados nos centros urbanos, indivíduos que nunca trabalharam ou viveram no meio rural, engrossam o movimento contrário de retorno ou entrada no campo. Diante disto, o autor considera ainda que assentamentos situados no Estado do Rio de Janeiro configuram-se em importantes fontes para reflexão acerca do engajamento da população de origem urbana em assentamentos de Reforma Agrária, base para se pensar as relações entre o rural e o urbano neste fim de século.

5. Considerações Finais

A título de conclusão resta-nos pontuar que num momento em que muitos acreditavam no esvaziamento do campo, em virtude das migrações das populações rurais para áreas urbanas, atualmente podemos verificar um movimento contrário: a entrada o retorno de populações ao meio rural. Assim, na contramão da perspectiva de êxodo rural, que é claro que não deixa de ocorrer em muitas regiões brasileiras, fatores como a possibilidade e desencadeamento do processo de Reforma Agrária contribuem para a promoção de condições que possibilitem a instalação de pessoas no campo.

Dentre vários fatores, a falta de oportunidades no mercado de trabalho urbano atrelada a idealização de que no campo a vida é mais tranqüila, figura como principais justificativas para entrada ou retorno de indivíduos ao campo por meio dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Ademais, a aquisição de um “pedaço de terra” significa uma oportunidade de inclusão e acesso a vida social, o que significa a geração de significativas melhorias nas condições de vida destas pessoas.

A região Norte Fluminense, mais especificamente o município de Campos dos Goytacazes, pode ilustrar de maneira contundente o fenômeno das migrações rural/urbano/rural e urbano/rural, em virtude da atuação do MST que a partir do início dos anos 1990 passou a ocupar latifúndios improdutivos, pertencentes a usinas atualmente falidas, resquícios da atividade canavieira na cidade, desencadeando o processo de Reforma Agrária na região e, com isso possibilitando a implantação de diversos assentamentos rurais. Deste modo, contata-se que os assentamentos de Reforma Agrária

constituem importante cenário para analisarmos os processos de migrações de retorno ou entrada no campo no panorama brasileiro.

6. Bibliografia

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? In: Terra Livre: Geografia, Política e Cidadania. **São Paulo n.15, 2000. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/agbnacional>. Acesso em: agos. 2005.**

_____. **Reforma agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensado a Dicotomia Rural-Urbana nos assentamentos rurais.** Dissertação (Mestrado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 1997.

_____. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro.** Dissertação (Doutorado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 2003

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. **Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense.** In: Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora. 2004.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. **“A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense”.** In: Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.

BECKER, Olga Maria Schild. O movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) como expressão da contra-mobilidade espacial da população. **III Encontro Nacional sobre Migrações, 2003. Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Acesso em: agos. 2005.**

CARVALHO, Ailton Mota de SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. **Formação Econômica da região Norte Fluminense.** In: Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora. 2004.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 1995

CURADO, Fernando Fleury. **Ocupação e Assentamento na Fazenda Rio Vermelho: A Constituição do Agricultor Assentado na Região de Goiás.** Dissertação (Doutorado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 1999

DAL MORO, Maristela. **Reforma Agrária e a Luta do MST: Uma Alternativa de Inclusão?** Dissertação (Doutorado em Serviço Social). UFRJ. Rio de Janeiro. 2002.

ESTERCI, Neide. Migrações e Migrantes, uma nova versão. **UFRJ/IFCS, N.º 4, 1985. FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR).** Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara. **Rio de Janeiro: 2001. 90p.**

_____. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Fazenda Ilha Grande. **Rio de Janeiro: 2002. 100p.**

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: **Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero. Editora UNB. 1989.

LONAS E BANDEIRAS EM TERRAS PERNAMBUCAS. Site da exposição Lonas e Bandeiras em Terras Pernambucanas. **Disponível em: www.lonasebandeiras.com.br.** Acesso: jul. 2005.

MARTINE, George. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: **Anais do Primeiro Encontro de Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, pp. 51-85. 1978**

MENEZES, Heloísa R. G. de. Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana. **Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 1991.**

MEDEIROS, L., LEITE, S. (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

_____. Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional. **Rio de Janeiro: Mauad, 2004.**

_____. Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro. **São Paulo: UNESP, 2004.**

NEVES, Delma Pessanha. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: um estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana. **Niterói: EDUFF, 1997.**

_____. **Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas.** Niterói: EDUFF, 1997.

PAES, Margot Wagner. **Desenvolvimento Regional e Reconversão Produtiva: Alternativa para a região de Campos dos Goytacazes,** (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. In: **São João da Barra, apogeu e crise do porto do açúcar do Norte Fluminense.** Rio de Janeiro, 2000.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. **Movimentos Migratórios anos 80: novos padrões?** In: Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. **Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997.**

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* **Jequitinhonha, São Paulo, Jequitinhonha: Trabalho Urbano e Migrações de Retorno na Experiência de Lavradores Mineiros**

entre 1960/2000. Disponível em:
http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2002/D60.pdf. Acesso e set.
2006.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1, 2005.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. **Êxodo rural na Paraíba: Análise do período 1991/96.** 2000. Disponível em: www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-12.doc. Acesso em: Agos. 2005.